

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lídia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Coordenadora de Produção Editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Denise Silva Macedo
Haroldo Brito

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital
DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

I59

Institucionalização da educação superior a distância nas
universidades federais da região Centro-Oeste : temáticas em
questão / Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto
Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2021.

310 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-018-3

1. Ensino a distância. 2. Institucionalização. 3. Ensino
superior. 4. Universidades - Brasil, Centro-Oeste. I. Santos,
Catarina de Almeida (org.). II. Lima, Daniela da Costa Britto
Pereira (org.). III. Nogueira, Danielle Xabregas Pamplona (org.).
IV. Série.

CDU 378

Sumário

Prefácio 13

Apresentação 17

Capítulo 1

Institucionalização da Educação a Distância: da lente teórica à sua proposição 23

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução 23

2. Processos de institucionalização: lente teórica em questão 26

3. Proposições de análise de processos de institucionalização da Educação a Distância 32

Referências 35

Capítulo 2

Educação a Distância na Universidade de Brasília – percurso histórico da ação institucional 39

Carmenísia Jacobina Aires, Ruth Gonçalves de Faria Lopes

1. O projeto original da Universidade de Brasília e as ações iniciais em Educação a Distância 39

2. Um olhar sobre as ações de Educação a Distância na Universidade de Brasília nos anos 1990 43

3. O protagonismo da Faculdade de Educação nas ações de Educação a Distância 46

4. Outras experiências institucionais em Educação a Distância na Universidade de Brasília 52

5. A Universidade de Brasília e a Universidade Aberta do Brasil 53

6. Considerações finais	56
Referências	57
Bibliografia complementar	57

Capítulo 3

A autoavaliação institucional e a Educação a Distância: limites e possibilidades da institucionalização na Universidade de Brasília... 59

Catarina de Almeida Santos, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

1. Introdução	59
2. Sobre os conceitos de organização, instituição e institucionalização....	60
3. A avaliação institucional no contexto da institucionalização.....	64
4. Institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília: o que apontam os relatórios de autoavaliação institucional	66
5. Considerações finais	76
Referências.....	77

Capítulo 4

Percepção dos gestores em relação à institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília (2013-2015).....79

Andréia Mello Lacé, Magalis Béssem Dorneles Schneider, Lívia Veleda Sousa Melo

1. Introdução	79
2. A Educação a Distância na Universidade de Brasília	83
3. A gestão do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade de Brasília	84
4. Percepção dos gestores: do fardo à decisão política	86
5. Considerações finais	92
Referências.....	93

Capítulo 5

Percurso histórico da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	95
Juliana Guimarães Faria	
1. Introdução	95
2. Sobre a Universidade Federal de Goiás.....	97
3. O percurso da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás: histórico e contexto	99
4. Considerações finais	109
Referências	110

Capítulo 6

Concursos para docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Goiás em vagas destinadas à Educação a Distância.....	113
Maria Aparecida Rodrigues Fonseca, Tatiane Custódio da Silva Batista	
1. Introdução	113
2. A institucionalização da Educação a Distância	115
3. A pesquisa: seleção para Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás.....	118
4. O que os dados suscitam	123
5. Considerando relações	126
Referências	127

Capítulo 7

O impacto do processo seletivo de tutores na gestão da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	131
Lilian Ucker Perotto, Kamila Vieira Lima Ferreira, Meirilayne Ribeiro de Oliveira	
1. Introdução	131
2. Processos seletivos: números e impactos na formação de tutores	132

3. Avanços e resistências: nossas percepções das ações empreendidas	140
4. Considerações finais	144
Referências	145

Capítulo 8

Instrumentos de avaliação interna para a Educação a Distância utilizados na Universidade Federal de Goiás	147
---	-----

Lívia Soares de Lima Sousa, Flávia Magalhães Freire,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução	147
2. Avaliação institucional e educação superior a distância	149
3. Caminhos da avaliação interna da Universidade Federal de Goiás	151
4. Instrumentos de avaliação interna para a educação superior a distância na Universidade Federal de Goiás	153
5. Considerações finais	158
Referências.....	159

Capítulo 9

Estado e Educação a Distância: educação superior pública em pauta	163
---	-----

Erlinda Martins Batista, Ana Maria Ribas, Carina Elisabeth Maciel

1. Introdução	163
2. Estado e Educação a Distância no Brasil	164
3. A história da Educação a Distância no Brasil	167
4. A estrutura da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	171
5. Considerações finais	174
Referências.....	175

Capítulo 10

A institucionalização e os desafios da educação superior a distância na Universidade Federal de Mato Grosso 179

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	179
2. A Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso	180
3. Desafios da institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	182
4. Considerações finais	194
Referências	195

Capítulo 11

A institucionalização pioneira da Educação a Distância na educação superior em Mato Grosso: visão de envolvidos na trajetória..... 199

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	199
2. História pioneira da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	200
3. Teoria Institucional e sua aplicabilidade na Educação a Distância.....	202
4. Considerações finais	212
Referências	213

Capítulo 12

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: a visão de avaliadores externos 217

Giselle Cristina Martins Real, Tânia Jucilene Vieira Vilela, Regina Farias de Souza

1. Introdução	217
---------------------	-----

2. A avaliação regulatória como instrumento de diagnóstico institucional	222
3. Institucionalização da Educação a Distância revelada pela avaliação	226
4. Considerações finais	233
Referências.....	234

Capítulo 13

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: contribuições do curso de licenciatura em Letras Libras	241
---	-----

Janete de Melo Nantes, Regina Farias de Souza

1. A necessidade da institucionalização do curso de Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	241
2. Histórico do curso de graduação Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	243
3. Avanços e desafios de Letras Libras	247
4. Considerações finais	249
Referências.....	252

Capítulo 14

Levantamento bibliográfico sobre a autoavaliação institucional na Educação a Distância.....	255
---	-----

Wendy Caldeira de Souza, Leila Cristina Borges,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Autoavaliação e Educação a Distância.....	255
2. Metodologia.....	258
3. Dados e análises	258
4. Considerações finais	266
Referências.....	267

Capítulo 15

Educação a Distância e cultura digital: possibilidades e desafios 269

Maria Cristina Lima Paniago, Rosimeire Martins Régis dos Santos

1. Introdução	269
2. Concepções de Educação a Distância, suas origens e evolução no Brasil	269
3. Cultura digital	274
4. Possibilidades e desafios: Educação a Distância e cultura digital	277
5. Considerações finais	279
Referências.....	280

Capítulo 16

Um estudo sobre a inclusão digital no estado de Goiás 283

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira, Alzino Furtado de Mendonça, Saulo de Oliveira

1. Contexto da sociedade da informação	283
2. Ações de inclusão digital no estado de Goiás	288
3. Considerações finais	292
Referências.....	295

Institucionalização da educação superior a distância: algumas considerações finais297

Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (organizadoras)

Referência	299
------------------	-----

Notas sobre as autoras e autores..... 301



A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: contribuições do curso de licenciatura em Letras Libras¹

Janete de Melo Nantes
Regina Farias de Souza

1. A necessidade da institucionalização do curso de Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dedica o seu Capítulo V ao tema da educação especial, tornando clara a necessidade da inclusão social dos portadores de deficiências. Conforme o art. 58,

entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais

¹ Estudo realizado como resultado de pesquisa com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, *on-line*).

Nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, se estabelece que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração às classes comuns de ensino regular.

A lei preconiza, ainda, que a oferta de educação especial – dever constitucional do Estado – tem início na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a educação infantil.²

Após o estabelecimento da LDB nº 9.394/1996, foram criadas diversas leis e demais regulamentações voltadas à necessidade do atendimento à acessibilidade e à facilitação do cotidiano e da vida escolar do portador de deficiência.

Com base em tais legislações, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), assim como outras Instituições de Ensino Superior (IES), visando à implementação de cursos para a formação de professores que pudessem atender a essa clientela, estabeleceu convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme o relatório de gestão da universidade (UFGD, 2011), que relata ter sido mantido o processo de implementação pela Educação a Distância (EaD),

² A LDB, em seu art. 59, também determina que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: “I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.”

em convênio com a UFSC, de dois cursos de Graduação eventuais, em 2008, e que se desenvolveram durante todo o ano de 2011:

- Licenciatura em Letras Libras (30 vagas) – Licenciatura em Língua de Sinais (Libras) para ouvintes, na modalidade EaD, em convênio com a UFSC, com realização de vestibular em maio de 2008.
- Bacharelado em Letras Libras (30 vagas), na modalidade EaD, em convênio com a UFSC, com realização de vestibular em maio de 2008.

2. Histórico do curso de graduação Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados

O curso de Graduação de Licenciatura em Letras com habilitação em Libras (Letras Libras) na modalidade a distância foi ofertado, pela primeira vez, em 2008, na Faculdade de Educação (Faed) da UFGD, como polo da UFSC, nas habilitações de Licenciatura, para formar professores de Libras, e Bacharelado, com a finalidade específica de formar tradutores e intérpretes de Libras e Português. O curso foi uma proposta pioneira para democratizar o processo de formação desses profissionais em todo o território brasileiro, assim como para atender à demanda do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei de Libras nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) na formação de professores e tradutores e intérpretes de Libras para garantir a acessibilidade aos surdos, previsto no Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. O curso foi ofertado em 15 polos em todo território nacional, incluindo Dourados/MS.

O polo da UFGD para o curso de Letras Libras, com turmas de licenciatura e bacharelado, realizou as adaptações físicas necessárias ao bom funcionamento do

curso, como a disponibilização de um amplo laboratório de informática e um auditório onde se realizaram os encontros presenciais, que incluíram videoconferências. Também havia salas de aula para os tutores realizarem atividades em momentos separados com as turmas e uma sala de coordenação para as reuniões da equipe.

O grupo de estudantes era constituído de pessoas oriundas da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, de cidades do interior do estado e de cidades de outros estados, como Cascavel, Maringá e Umuarama/PR e Ribeirão Preto/SP.

Até então, a UFGD não possuía pessoas surdas e ouvintes falantes de Libras transitando e integrando-se à vida acadêmica universitária. O curso, assim, causou um impacto positivo na universidade, abrindo caminhos para o debate sobre acessibilidade linguística, políticas linguísticas, reflexões sobre as propostas pedagógicas para educação de surdos, valorização da formação de professores surdos e incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e estudos da área.

O movimento do curso de Letras Libras mobilizou os servidores da cidade universitária da UFGD para atender com mais qualidade os estudantes. Nesse sentido, o restaurante universitário e a biblioteca disponibilizaram acesso a esses alunos. A presença do curso deu mais visibilidade às questões da comunidade surda, como a participação dos seus representantes em eventos realizados pela instituição.

Como desdobramento institucional, a partir do curso de Letras Libras, tivemos o ingresso de duas professoras egressas do bacharelado e duas professoras, uma surda e uma ouvinte, egressas da licenciatura, para compor o quadro de docentes do curso de Letras Libras da UFGD, culminando com a criação institucional do curso de graduação – Licenciatura em Letras Libras na Faculdade de Educação a Distância da UFGD. Há, também, uma professora ouvinte, egressa da licenciatura, que ingressou na vaga de professora substituta e colaborou por dois anos no curso, hoje atuando como intérprete de Libras da nossa atual coordenadora da UAB, que é surda e docente do curso de Letras Libras da Faculdade de EaD. Outro desdobramento do curso foi a seleção da UFGD para a aplicação anual do Exame Nacional de Proficiência em Libras (Prolibras).

A partir dessa iniciativa da UFSC, em 2013, a UFGD concebeu implantar o curso de Letras Libras na modalidade de EaD por meio de ações diretas do Plano Viver Sem Limites – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que visa à efetivação da educação bilíngue no Brasil, por meio da formação de professores de Libras e também da inclusão de pessoas surdas usuárias de Libras no ensino superior.

A criação do curso de Letras Libras na modalidade a distância, na UFGD, foi uma proposição para atender às demandas de inclusão da pessoa surda na educação e para oferecer Libras nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia, conforme previsto no Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005). O curso visa suprir uma grande demanda de profissionais para atuar no ensino básico, com o objetivo de atender aos surdos que estão em fase de escolarização, e no ensino superior, para atender à inclusão de Libras nos currículos dos cursos de licenciatura, educação e fonoaudiologia.

O curso visa formar profissionais em Dourados e cidades circunvizinhas para atuar como professores de primeira e segunda língua nas escolas e instituições das comunidades em que atuam, além de promover o atendimento educacional especializado na inclusão das pessoas surdas nos diferentes níveis educacionais.

Considera-se, ainda, que o mercado de trabalho para o acadêmico do curso de Letras Libras apresenta características cada vez mais promissoras, em face, por exemplo, da crescente necessidade da presença desse profissional nas instituições públicas e nas empresas concessionárias de serviços públicos para atendimento às pessoas surdas.

A implantação do curso de Letras Libras na UFGD na modalidade a distância também contribuiu para a institucionalização da EaD na Faculdade de Educação a Distância, o que possibilitou a realização de concursos para provimento de vagas de professores e técnicos para atuarem na nova unidade acadêmica.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2006, apontavam um alto índice de evasão do aluno surdo do ensino fundamental (79,51%). O ingresso no ensino superior também era muito mais baixo em comparação

aos ouvintes. A criação do curso de Letras Libras pela UFSC, em 2006, possibilitou uma vertiginosa alteração nesse índice, com um aumento de 705% de surdos no ensino superior. Sem a EaD, seria improvável alcançar esses resultados (QUADROS, 2015).

Assim, atendendo aos preceitos de democratização e socialização do conhecimento, a partir da interiorização das ações de ensino-aprendizagem em Mato Grosso do Sul, o curso de Letras Libras veio somar-se a essa filosofia de inclusão, tornando a UFGD cada vez mais acessível a todos.

As discussões de Botelho (2005), Quadros (2015) e Lacerda (2009) abordam, entre outros aspectos, o processo histórico e a atual realidade da educação de surdos, apontando a necessidade de uma nova prática pedagógica no processo de ensino-aprendizagem de crianças surdas. As autoras mostram a importância da Língua de Sinais nesse processo, bem como do emprego de novas metodologias de ensino. Na área de Libras, o aporte se dá nas pesquisas sobre a formação de professores de Libras e sobre a educação e inclusão de surdos (QUADROS, 2014; SKLIAR, 2005).

Os surdos, sujeitos-alvo da formação de professores de Libras, passaram por um processo histórico que, por muito tempo, os eliminou do convívio social, por subverterem o que era considerado *normal*. Mais tarde, com a era moderna e os avanços da tecnologia, foram sendo aceitos socialmente, desde que se adaptassem ao que já estava posto, por meio da integração – ou seja, que fossem treinados para atender a uma demanda do mercado de trabalho que não exigia muito conhecimento de seus trabalhadores. Atualmente, após longos anos de luta e cobrança pelos seus direitos, os surdos conseguiram o reconhecimento, nas leis vigentes de nosso país, de sua diferença linguística e a garantia do atendimento às suas necessidades específicas, para que possam vislumbrar algum nível de inclusão em um mundo completamente voltado aos que ouvem. Isso também foi possível graças às mudanças no cenário do mercado de trabalho, em que, cada vez mais, passou-se a exigir um saber mais amplo e uma formação global. Dessa forma, a Língua de Sinais começou a ser requisitada na educação dos surdos, depois que pesquisas comprovaram o seu papel essencial na constituição da subjetividade surda.

3. Avanços e desafios de Letras Libras

Muitas mudanças aconteceram e muitos avanços foram sendo conquistados desde então, como a criação da disciplina de Libras nos currículos dos cursos de formação de professores e fonoaudiologia, a criação do curso de licenciatura e bacharelado em Letras Libras, o reconhecimento da profissão do tradutor e intérprete de Libras e o atendimento às necessidades específicas dos surdos desde a educação básica até o ensino superior, entre outros. Entretanto, ainda restam vários desafios a serem superados para a consolidação de uma inclusão de qualidade e a formação de professores capacitados para o uso e ensino de Libras. A modalidade de EaD vem atender a essa demanda ao democratizar o acesso ao ensino superior e, ao mesmo tempo, cumprir as exigências do Plano Nacional de Educação de criação de estratégias para atingir esses objetivos.

A formação de professores de Libras pela modalidade da EaD na UFGD vem ao encontro dessas exigências, em vista da grande demanda de pessoal da área e da ínfima oferta desses profissionais. Por isso, o atendimento às regiões circunvizinhas com o curso de Letras Libras a distância encaixa-se perfeitamente na nossa realidade.

Muitas outras IES fizeram opção pela modalidade presencial do curso de formação de professores de Libras, mas isso se justificou pela grande proporção de oferta, o que não é o caso de nosso estado. Poucas universidades, além da UFGD, optaram por oferecer o curso pela EaD. Isso demonstra a grande responsabilidade em nível nacional de que esse curso obtenha sucesso em sua consolidação.

Poder cursar o ensino superior é, para muitos surdos, estar sendo finalmente *escutados* – nesse paradoxo em que a Língua de Sinais promove a sua expressão para que aqueles que mantiverem os olhos bem abertos possam *ouvir* os inauditos e, assim, desmitificar a figura da anormalidade com a qual os surdos foram representados por tanto tempo (BENVENUTO, 2006). Em meio a essas relações, surge o Surdo (com inicial maiúscula), segundo a proposta de Woodward (1972), como membro de uma comunidade linguística e cultural que vem se constituindo em meio aos resultados de uma relação de saber e poder entre surdos e ouvintes.

O surdo passa de indivíduo a corrigir a indivíduo diferente, pertencente a uma minoria linguística, sendo considerado um “anormal aceitável” justamente pela sua incorrigibilidade. Ao tempo em que era excluído das instituições comuns, foi sendo agrupado em instituições especiais, passando a ganhar força, prestígio e notoriedade pública promovida pelo uso da sua língua. Ou seja, ao se reagrupar, pôde demarcar uma nova configuração de sua condição. Esse foi o início do processo de inclusão dos Surdos na sociedade e na educação.

O grande desafio da comunidade surda tem sido lidar com o fonocentrismo aristotélico, em que a linguagem é considerada inerente ao caráter fonoaudiológico. Reconhecer outra modalidade de língua que não fosse oral não foi tarefa fácil para os linguistas simpatizantes da causa Surda.

Os surdos passaram de seres desprovidos de linguagem a sujeitos inteligíveis, por meio de pesquisas como a de William Stokoe, em 1960, que comprovaram cientificamente que os sinais utilizados pelos surdos para se comunicarem são processados na mesma área do cérebro de ouvintes que fazem uso da oralidade, e que esses sinais obedecem a um sistema gramatical análogo ao da língua oral, atendendo a parâmetros linguísticos como fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática.

Ainda, como a deficiência das pessoas surdas é invisível, a sua capacidade de mão de obra também foi fator crucial para sua progressiva integração, sendo essas pessoas consideradas autônomas e aptas ao trabalho manual.

Reconhecidos como humanos pela sua capacidade de serem educados, os surdos tiveram, ainda, uma longa jornada até o modelo atual de educação de surdos disponível na modalidade de inclusão, em fase de consolidação. Antes, eram grandes os esforços pedagógicos investidos para corrigir a *falha* do surdo, tentando educá-lo primeiro na língua oral como sendo sua única forma de inserção efetiva na sociedade.

Mesmo admitindo a sua natureza humana e a sua forma de linguagem, a norma não concedia que alguém ficasse fora do paradigma vigente do que era ser normal, ou seja, ser ouvinte para o surdo. Métodos e técnicas de oralização foram amplamente utilizados à exaustão por, pelo menos, 100 anos no Brasil, na tentativa de

educar crianças surdas na Língua Portuguesa. Ainda hoje, em muitas instituições de ensino inclusivas e até mesmo entre profissionais da área, há muita resistência e preconceito quanto ao fato de o surdo não utilizar a Língua Portuguesa para se comunicar, mesmo na sua modalidade escrita, necessitando do intérprete de Libras para sua acessibilidade linguística. A situação agrava-se ainda mais pela precarização da formação desse profissional, mas isso é tema para outra pesquisa.

Foi necessário lançar um novo olhar sobre o Surdo para que este passasse de objeto da medicina a sujeito antropológico. Esse enunciado radical tem abalado as estruturas do discurso da anormalidade. Muitos efeitos desses avanços são a criação de programas bilíngues para a educação de surdos, privilegiando professores surdos nas salas de aula, a promulgação de leis que protegem o direito linguístico do surdo e as investigações sociológicas, antropológicas, educativas e linguísticas em torno da Língua de Sinais e da comunidade surda (BENVENUTO, 2006).

4. Considerações finais

Temos hoje dois discursos em torno da realidade do surdo: o discurso da deficiência, de natureza médico-pedagógica, centrado na “falha” do ouvido, e, por outro lado, o discurso socioantropológico da diferença, centrado na Língua de Sinais e na cultura surda.

Os surdos, de certa forma, foram responsáveis pela introdução de um novo conceito, de que a inteligência humana é capaz de produzir algo novo a partir de uma vivência singular, ou seja, criar uma nova modalidade de língua na falta dos mecanismos padronizados pela natureza humana. A perspectiva visual que a Língua de Sinais impõe aos surdos cria uma gama de estratégias originais que somente eles podem desenvolver. E por que não utilizar isso na sua educação? Por que sempre os ouvintes decidem qual a melhor a educação a ser oferecida aos surdos?

O ouvinte pode escolher transitar pelas duas línguas quando opta por aprender a Língua de Sinais; ele assim se torna bilíngue e pode optar pela língua em que deseja se comunicar em determinado momento. Para o surdo, existe apenas a

possibilidade visual de comunicação, sendo este seu único meio de se colocar em relação de reciprocidade com os ouvintes. Para ele, o bilinguismo não é uma escolha, é uma necessidade.

Nesse sentido, as iniciativas para a implementação do ensino bilíngue na educação de surdos, hoje, no Brasil, estão garantidas pela legislação, que prevê questões relacionadas ao professor de Libras e ao tradutor e intérprete de Língua de Sinais – como pode ser observado no Decreto nº 5.626/2005, que garante a prioridade de formação para surdos, respeitando sua experiência visual e seu modo de ver o mundo como essenciais para sua atuação como professores de sua própria língua.

CAPÍTULO III – DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no *caput*.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngue, referida no *caput*.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no *caput*. [...]

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I – para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras – Língua Portuguesa como segunda língua;

II – de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III – de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005, *on-line*).

A proposta da formação de professores de Libras a distância visa atender tanto à demanda por esses profissionais para atuarem na educação inclusiva do surdo quanto incluir o surdo no ensino superior, com o objetivo de formar um profissional autônomo e capaz de produzir seu próprio conhecimento, a fim de contribuir com experiências, estudos e pesquisas voltadas à inclusão e à educação bilíngue e de qualidade.

Dessa forma, pretende-se, com este trabalho, suscitar problemas a serem investigados, a fim de corroborar as expectativas de que o cidadão surdo se torne capaz de gerir sua própria vida em um mundo onde as desigualdades devem ser superadas dia a dia. Essa realidade está imbricada na discussão principal da presente proposta de pesquisa, já que a formação de professores de Libras em EaD pode modificar, por meio da formação desses profissionais, as práticas de ensino dedicadas aos alunos surdos, de forma que estas atendam às suas necessidades específicas de aprendizagem, que vão além da oferta da Língua de Sinais, como forma de acessibilidade no contexto educativo. Contribui-se, assim, para a formação acadêmica dos discentes e para o combate às práticas excludentes de inclusão, à medida que esses novos profissionais estiverem inseridos nos contextos escolares.

Referências

BENVENUTO, Andrea. *O surdo e o inaudito: à escuta de Michel Foucault*. In: KOHAN, W. (org.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 227-246, 304 p.

BOTELHO, Paula. *Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

LACERDA, Cristina Bógliã Feitosa. *Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação/Fapesp, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de (org.). *Letras Libras: ontem, hoje e amanhã*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

UFGD (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS). Relatório de Gestão da Universidade Federal da Grande Dourados. UFGD-RG 2011. Dourados: UFGD, 2011. Disponível em: <http://portal.ufgd.edu.br/reitoria/prestacao-de-contas/inicio>. Acesso em: 01 jul. 2017.

WOODWARD, J. C. Implications for sociolinguistic research among the Deaf. *Sign Language Studies*, n. 1, p. 1-7, 1972. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/507135>. Acesso em: 06 ago. 2020.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

De modo geral, podemos dizer que o levantamento da trajetória institucional da Educação a Distância (EaD) no país é recente e, talvez por isso, apresente uma série de elementos considerados de relevância e cuidado para as próximas políticas públicas e ações na área. Esses elementos dizem respeito, principalmente, às características da sua expansão; às variadas formas sob as quais as modalidades presencial e a distância são vistas pelos diversos órgãos e regulamentações; aos mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações das Instituições de Educação Superior que ofertam essa modalidade; e, nosso objeto de estudo, ao processo de institucionalização da EaD na educação superior, tanto na esfera pública quanto privada. Além da necessidade de estudos acerca da institucionalização da EaD, o próprio crescimento da modalidade no ensino superior público demonstra a importância de pesquisar como vem ocorrendo a implementação de políticas referentes à modalidade. Assim, o tema da institucionalização da educação a distância é abordado neste livro, tendo em vista a relevância da compreensão desse processo, para que se possa auxiliar no debate da capacidade do Estado de formular políticas públicas em EaD e problematizar como essa modalidade tem sido implementada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior da região Centro-Oeste, por meio de sua institucionalização ou não.



EDITORA



UnB